

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO  
E INFORMÁTICA**

**TVR N.º 839, DE 2001  
(DO PODER EXECUTIVO)  
MENSAGEM N.º 624/01**

*Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria n.º 142, de 26 de março de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação do Município de Upanema – RN, a executar pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte.*

***Autor: PODER EXECUTIVO***

***Relatora: DEPUTADA MARINHA RAUPP***

**I – RELATÓRIO**

De conformidade com o art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação do Município de Upanema-RN, a executar pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte.

Atendendo ao disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, a matéria foi enviada ao Poder Legislativo para a devida apreciação, uma vez que o ato somente produzirá efeitos após a deliberação do Congresso Nacional.

Cumpre-nos, portanto, opinar sobre os aspectos técnicos e formais da matéria submetida ao exame desta Comissão, nos termos do inciso II, alínea “h”, do art. 32 do Regimento Interno.

## **II – VOTO DA RELATORA**

O serviço de radiodifusão comunitária tem se constituído em um dos mais importantes meios de informação das comunidades locais, principalmente em cidades que não dispõe de estações de rádio.

Consta no estatuto da Associação que esta terá como finalidade a promoção, o incentivo, a manutenção e a divulgação de manifestações democráticas de caráter intelectual, educacional, desportivo, cultural e artísticos da comunidade, portanto autorizar a Associação Comunitária de Comunicação do Município de Upanema – RN a executar os serviços de radiodifusão comunitária é contribuir para o desenvolvimento do município e auxiliar no processo educacional, social e cultural da comunidade.

A autorização do Poder Público para a execução de serviço de radiodifusão comunitária é regulada pela Lei n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. No processo em questão a Associação Comunitária de Comunicação do Município de Upanema – RN atendeu os requisitos da legislação específica e foi autorizada para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

A análise deste processo deve basear-se no Ato Normativo n.º 01, de 1999, desta Comissão. Verificada a documentação, constatamos que foram atendidos todos os critérios exigidos por este diploma regulamentar.

O ato de outorga obedece aos princípios de constitucionalidade, especialmente no que se refere aos artigos 220 a 223 da Constituição Federal, e atende às formalidades legais, motivos pelos quais somos pela homologação do ato do Poder Executivo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo que ora apresentamos.

Sala da Comissão, em        de        de 2001.

Deputada **MARINHA RAUPP**  
**Relatora**

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO  
E INFORMÁTICA**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº                      , DE 2001**

**Aprova o ato que  
autoriza a Associação  
Comunitária do Município de  
Upanema - RN a executar  
serviço de radiodifusão  
comunitária, na localidade de  
Upanema, Estado do Rio  
Grande do Norte.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º É aprovado o ato que se refere a Portaria n.º 742, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária do Município de Upanema - RN a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de 3 (três) anos, sem direito de exclusividade, na localidade de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte.

Art.2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2001.

Deputada **Marinha Raupp**  
Relatora